

CADERNO DE ENCARGOS

Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia

CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE MEIOS PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE
DIVULGAÇÃO DOS SERVIÇOS DIGITAIS AO CIDADÃO NO ÂMBITO DOS MEIOS DE
RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE LITÍGIOS.

Procedimento n.º PRR-14194-25-19

Índice

CAPÍTULO I.....	5
DISPOSIÇÕES GERAIS.....	5
Cláusula 1.^a OBJETO E ÂMBITO.....	5
Cláusula 2.^a REGIME APLICÁVEL.....	5
Cláusula 3.^a ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS NA INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS	6
CAPÍTULO II.....	6
OBRIGAÇÕES DAS PARTES	6
Cláusula 4.^a OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO.....	6
Cláusula 5.^a	7
Cláusula 6.^a	9
Cláusula 7.^a RESPONSABILIDADE	10
Cláusula 8.^a OUTROS ENCARGOS DO ADJUDICATÁRIO	11
Cláusula 9.^a OBRIGAÇÕES DA DGPJ.....	11
Cláusula 10.^a PREÇO	11
Cláusula 11.^a CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	12
Cláusula 12.^a LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	13
Cláusula 13.^a EQUIPA	13
Cláusula 14.^a SIGILO	14
Cláusula 15.^a SEGUROS.....	15

Cláusula 16.^a	PATENTES, LICENÇAS, MARCAS DE FABRICO OU DE COMÉRCIO	16
Cláusula 17.^a	DADOS PESSOAIS.....	17
CAPÍTULO III.....		19
INCUMPRIMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO.....		19
Cláusula 18.^a	PENALIDADES.....	19
Cláusula 19.^a	RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELA DGPJ	20
Cláusula 20.^a	RESOLUÇÃO POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO.....	20
Cláusula 21.^a	RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO	21
CAPÍTULO IV.....		21
CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO.....		21
Cláusula 22.^a	CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	21
Cláusula 23.^a	SUBCONTRATAÇÃO.....	21
CAPÍTULO V		22
DISPOSIÇÕES FINAIS.....		22
Cláusula 24.^a	GESTOR DO CONTRATO	22
Cláusula 25.^a	CONTAGEM DE PRAZOS.....	23
Cláusula 26.^a	COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	23
Cláusula 27.^a	LEI APLICÁVEL E FORO COMPETENTE	23
Cláusula 28.^a	VIGÊNCIA DO CONTRATO	23

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

OBJETO E ÂMBITO

1. O presente Caderno de Encargos abrange as cláusulas a inserir no contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia adotado nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea a), do Código dos Contratos Públicos, para a Contratação de agência de meios para campanha de publicidade de divulgação dos canais digitais dos meios de Resolução Alternativa de Litígios (meios RAL).
2. O âmbito da aquisição de serviços referidos no número anterior deve ser realizado de acordo com a caracterização que constitui o ANEXO I a este Caderno de Encargos.
3. Os serviços objeto do presente procedimento têm a seguinte classificação **79341400-0** - Serviços de campanhas publicitárias, de acordo com o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), aprovado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007.

Cláusula 2.ª

REGIME APLICÁVEL

1. A execução do contrato a celebrar obedece:
 - a) Às cláusulas do contrato a celebrar e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) Ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual;
 - c) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a relativa às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
 - d) Às regras da arte aplicáveis.

2. Para os efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:
- a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao presente Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
3. A DGPJ pode, em qualquer momento, exigir do Adjudicatário a comprovação do cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Cláusula 3.ª

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS NA INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1. As dúvidas que o Adjudicatário tenha na interpretação dos documentos por que se rege a aquisição de serviços devem ser submetidas à DGPJ antes do início da execução da aquisição de serviços a que respeitam.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução da aquisição de serviços a que dizem respeito, deverá o Adjudicatário submetê-las, imediatamente, à DGPJ, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. A falta de cumprimento do disposto no número anterior torna o Adjudicatário responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula 4.ª

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e nos documentos contratuais, o Adjudicatário está obrigado a prestar as seguintes obrigações genéricas:

- a) Prestar os serviços objeto do contrato a celebrar de modo diligente, de acordo com as melhores técnicas, práticas e normas da indústria, exigíveis a profissionais experientes e qualificados, de modo a executar o contrato de acordo com os documentos patenteados e a sua proposta;
- b) Estabelecer todo o sistema de organização indispensável à execução das tarefas a seu cargo, bem como a obtenção e disponibilização de todos os meios humanos, materiais e eventuais licenciamentos necessários à perfeita execução do contratado;
- c) Prestar à DGPJ todos os esclarecimentos e informações que sejam solicitadas;
- d) Cumprir com todos os prazos parciais de entrega de documentação previstos no artigo seguinte;
- e) Comunicar com antecedência os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do serviço ou o cumprimento de qualquer obrigação, nos termos do contrato a celebrar.

Cláusula 5.ª

PLANEAMENTO E EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

1. A campanha de comunicação deve ser estruturada em duas fases a realizar no 4º trimestre de 2025, e considerar os seguintes meios e ações por cada fase:

Meios	1ª Fase	2ª Fase
TV generalista – RTP, SIC e TVI	14 (catorze) dias	14 (catorze) dias
Rádio nacional – RFM, Rádio Comercial, Antena 3	14 (catorze) dias	14 (catorze) dias
Imprensa Regional	X	X
Meios digitais - Ações SEM (Search Engine Marketing), SMM (Social Media Marketing), DA (Display Advertising) e native content	X	X
Out of home – mupis, transportes públicos	14 (catorze) dias	14 (catorze) dias
Ações promocionais	x	X

2. Todos os meios de comunicação social a utilizar no âmbito da Campanha têm de estar registados na ERC, podendo ser verificada a respetiva inscrição no site da ERC.

3. Os suportes publicitários constituintes da Campanha (peças gráficas, vídeos e áudios) são da responsabilidade da DGPJ e serão entregues para efeitos de submissão nas respetivas plataformas pelo Adjudicatário.
4. Os suportes publicitários da Campanha são veiculados como publicidade institucional, devendo ser afetada a órgãos de comunicação social regionais e locais, uma percentagem não inferior a 25% do custo global previsto de cada campanha de publicidade institucional do Estado (sem taxas), nos termos do disposto na Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, cumprindo a distribuição mínima considerada no n.º 4 do artigo 8.º da referida lei (exceto televisão regional).
5. O Adjudicatário, até 1 (uma) semana após a assinatura do Contrato, deverá apresentar o **Plano Definitivo Detalhado de Meios**, de acordo com a proposta adjudicada, onde descreva:
 - a) Todos os meios de comunicação a utilizar, com nome de cada entidade e valor afeto, de acordo com a proposta apresentada;
 - b) Calendário da campanha considerando duas (2) fases;
 - c) Número de inserções por meio de comunicação;
 - d) Dia e horário previstos para cada inserção;
 - e) GRP previsto para cada um dos meios de comunicação social (exceto para a imprensa regional) e para os meios digitais;
 - f) Número de impressões para os meios digitais;
 - g) Cobertura prevista para cada meio de comunicação;
 - h) Custo unitário de cada inserção, com taxas discriminadas, sem IVA incluindo, de acordo com proposta apresentada;
 - i) Demonstração do cumprimento da percentagem dos 25% da publicidade em meios de comunicação regionais, conforme a Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, e do estabelecido no n.º 4 do artigo 8.º da referida Lei, com exceção da televisão regional.
6. O período de difusão da Campanha decorre em dois momentos, a definir pela Entidade Adjudicante, devendo o adjudicatário propor o calendário para as 2 fases da campanha.
7. A DGPJ analisará o Plano apresentado e pronunciar-se-á sobre o mesmo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
8. Caso seja necessário o Adjudicatário rever, ou ajustar, o Plano deverá entregar nova versão no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

9. Após aprovação do Plano e fornecimento dos suportes publicitários por parte da DGPJ, o Adjudicatário deverá dar início à execução dos trabalhos.
10. A submissão dos suportes publicitários nas diferentes plataformas é da responsabilidade do Adjudicatário.
11. O Plano Definitivo Detalhado de Meios, referido no número 5, poderá ser reajustado após análise do primeiro período de massificação de meios da campanha, de acordo com a cláusula seguinte.

Cláusula 6.ª

ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Se o Adjudicatário prestar o serviço de forma não conforme, por causa que lhe seja imputável ou aos seus subcontratados, considera-se que a prestação não foi executada, tendo de repetir a mesma em data e horário a aprovar pela DGPJ.
2. Considera-se que o serviço é prestado de forma não conforme quando:
 - a) A inserção no meio de comunicação social não foi publicada ou emitida no meio de comunicação acordado;
 - b) A inserção no meio de comunicação social não foi publicada ou emitida na data e horário previsto;
 - c) A inserção no meio de comunicação social não está de acordo com a arte final ou spot final fornecidos pela DGPJ;
 - d) A qualidade de impressão da inserção na Imprensa não é satisfatória no que concerne à densidade e à conformidade da cor da arte final fornecida pela DGPJ;
 - e) A sonoridade da inserção na Rádio transmitida (spot publicitário) não está de acordo com o que foi fornecido pela DGPJ;
 - f) A localização da inserção na Imprensa não está de acordo com o que foi aprovado pela DGPJ;
 - g) A tipologia (cor, dimensão e formato) da inserção na Imprensa e meios digitais não está de acordo com o que foi fornecido pela DGPJ.
3. O Adjudicatário entregará à DGPJ, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a última inserção de cada período de massificação de meios, um Relatório Final sobre os meios de comunicação utilizados para a difusão pública da Campanha, integrando todos os resultados

obtidos, designadamente os GRP's, cobertura, OTS, custo por contacto e número de inserções.

4. O Adjudicatário deverá anexar ao Relatório Final um exemplar de cada meio de comunicação que contém cada um dos anúncios publicitários contratados. Nos casos da rádio, deverá ser fornecido, em suporte informático, os spots publicitários que sejam emitidos, com duração que permita confirmar a sua emissão na rádio em questão e no horário estabelecido.
5. Com o Relatório Final o Adjudicatário deverá ainda entregar a avaliação de audiências da campanha de Rádio e Imprensa com base em dados fornecidos pelas entidades nacionais responsáveis pela avaliação e mediação de audiências.
6. A DGPJ deverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, verificar e validar os dados constantes do relatório referido no número 1.

Cláusula 7.ª

RESPONSABILIDADE

1. O Adjudicatário é o único responsável perante a DGPJ, pela boa execução do contrato a celebrar no que se refere à realização das atividades de aquisição de serviços, nos termos descritos no presente Caderno de Encargos.
2. O Adjudicatário responsabiliza-se perante a DGPJ por todo e qualquer dano causado a terceiros no âmbito do contrato a celebrar, em virtude de ato por si praticado ou conduta por si omitida (incluindo atos e omissões dos subcontratados), ainda que a DGPJ venha a ser demandada para reparar o prejuízo ou compensar o dano pelo lesado.
3. Caso sobrevenha uma situação de responsabilidade civil nos termos da presente Cláusula, o Adjudicatário deverá envidar os melhores esforços para ressarcir os prejuízos causados e para proteger a DGPJ de qualquer pedido indemnizatório ou reclamação, em juízo ou fora dele.
4. O Adjudicatário é ainda responsável perante a DGPJ por quaisquer atos ou omissões de qualquer subcontratado.
5. Se os serviços a executar for(em) suscetível(eis) de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o Adjudicatário, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início da aquisição de serviços em causa, ou no decorrer desta, esse

facto à DGPJ, para que esta possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

Cláusula 8.ª

OUTROS ENCARGOS DO ADJUDICATÁRIO

Todas as despesas decorrentes da elaboração da proposta e da celebração do contrato, dos seguros exigidos bem como quaisquer outros encargos decorrentes da execução do contrato, como por exemplo custos de transporte, alojamento ou licenças, são da responsabilidade do Adjudicatário, e estão incluídos no preço contratual, não existindo direito a pagamentos e indemnizações, a qualquer título, pela realização das referidas despesas.

Cláusula 9.ª

OBRIGAÇÕES DA DGPJ

São obrigações da DGPJ:

- a) Pagar pontualmente o preço;
- b) Fornecer ao Adjudicatário os elementos necessários à execução do Contrato.

Cláusula 10.ª

PREÇO

1. Como contrapartida pela aquisição dos serviços e por todas as prestações objeto do contrato a celebrar, a DGPJ pagará ao Adjudicatário uma remuneração com o valor constante da Proposta adjudicada, a qual constitui parte integrante do Contrato.
2. O preço contratual corresponde à quantia global, final e não revisível devida pela DGPJ ao Adjudicatário pela execução do contrato a celebrar.
3. Estão incluídos no preço contratual os trabalhos preparatórios e acessórios que forem necessários à execução do Contrato, bem como os encargos próprios da organização do Adjudicatário, tais como despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos e materiais, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

4. O preço base do procedimento é de € 700.000 (setecentos mil euros).
5. O preço base referido no número anterior decompõe-se de acordo com o valor definido pelo Adjudicatário para cada uma das campanhas.
6. Aos valores referidos nos números anteriores acresce o IVA à taxa legal em vigor.
7. Não haverá lugar ao pagamento de adiantamentos ao Adjudicatário.
8. O preço contratual permanecerá inalterado ao longo da execução do contrato, não sendo permitida, em circunstância alguma, a revisão do preço contratado.

Cláusula 11.ª

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Pela prestação dos serviços objeto do presente contrato, a DGPJ obriga-se a pagar ao Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescida do IVA à taxa legal em vigor.
2. O pagamento do preço contratual deverá ser realizado no final de cada período de massificação de meios, de acordo com os parciais apresentados na proposta adjudicada, após a aprovação pela DGPJ do Relatório Final previsto na Cláusula 6.ª, tendo em conta os serviços efetivamente prestados.
3. As faturas a apresentar pelo Adjudicatário devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados.
4. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as faturas devem referir e conter obrigatoriamente:
 - a) O número do contrato;
 - b) A designação do objeto contratual;
 - c) O número de compromisso, obtido nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.
5. As faturas devem ser emitidas de forma exclusivamente eletrónica, nos termos do artigo 299.º-B do CCP, através do Portal da Fatura Eletrónica na Administração Pública - FE-AP.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no artigo 299.º-B do CCP, as faturas são pagas através de transferência bancária para o IBAN para o efeito indicado pelo Adjudicatário.

7. Em caso de discordância por parte da DGPJ, quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o último obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
8. Os pagamentos devidos pela DGPJ devem ser liquidados no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pela DGPJ das respetivas faturas relativamente aos serviços a que disserem respeito.
9. Qualquer atraso no pagamento das faturas devidamente emitidas não autoriza o Adjudicatário a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato a celebrar, salvo nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 12.ª

LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Tendo em conta a natureza destes serviços, os trabalhos serão efetuados nas instalações do Adjudicatário, sendo os mesmos prestados nos termos das instruções fornecidas pela DGPJ.
2. Sem prejuízo do número anterior, os serviços que constituem o objeto do contrato podem ser executados noutros locais que se mostrem necessários atendendo ao objeto do contrato a celebrar, mediante solicitação da DGPJ, ou mediante solicitação do Adjudicatário e aprovação por parte da DGPJ.

Cláusula 13.ª

EQUIPA

1. Os serviços serão assegurados por trabalhadores ou colaboradores do Adjudicatário, em conformidade com os perfis definidos neste Caderno de Encargos (Anexo II), que dele dependerão exclusivamente, quer jurídica, quer economicamente, recebendo do mesmo ordens e instruções referentes à sua boa prestação.
2. O Adjudicatário obriga-se a recrutar pessoal que reúna as condições, nomeadamente de natureza técnico-profissional, adequadas à boa execução das obrigações que sobre ele impendam e a manter, durante a execução destas, um nível de disciplina no trabalho que permita maximizar a qualidade do trabalho efetuado e minimizar o tempo gasto.

3. O Adjudicatário deverá fazer cumprir pelo seu pessoal, os regulamentos de segurança ou outros em vigor na DGPJ, sempre que deles tenha conhecimento.
4. O adjudicatário expressamente declara e garante o cumprimento, relativamente a todos os seus colaboradores que afete à prestação dos serviços, de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis em matéria laboral, fiscal e de segurança social, bem como a observância, pelos mesmos, das exigências legais e regulamentares, relativamente às regras de segurança de instalações e pessoas, no âmbito da higiene, saúde e segurança.
5. O Adjudicatário garante à DGPJ que dispõe de seguro de responsabilidade civil, o qual cobre a sua atividade, bem como todos os seus trabalhadores e colaboradores afetos à presente prestação de serviços, e que aqueles também dispõem de seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais.
6. Caso ocorra, nas instalações da DGPJ, qualquer incidente em que seja interveniente, como vítima ou causador, qualquer colaborador do Adjudicatário, quer a DGPJ, quer o Adjudicatário se obrigam mutuamente a comunicar entre elas a ocorrência, num prazo máximo de duas horas, a contar do momento em que tal incidente tenha lugar, ou logo que possível, caso não seja razoável efetuar essa comunicação nesse período.
7. A DGPJ reserva-se o direito de solicitar, em qualquer momento, documentação comprovativa do cumprimento de qualquer declaração, garantia ou requisito previstos no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 14.ª

SIGILO

1. As Partes ficam adstritas ao dever de sigilo sobre a informação a que tenham acesso por força da execução do contrato a celebrar.
2. O Adjudicatário fica ainda vinculado pelo dever do segredo estatístico.
3. Constituem obrigações do Adjudicatário, no âmbito do dever de sigilo, designadamente as seguintes:
 - a) Toda a informação e documentação, técnica ou não técnica, comercial ou outra, fornecida ao Adjudicatário, ou de que este tenha conhecimento, no âmbito da execução do contrato a celebrar reveste-se de confidencialidade, ficando aquele impedido de a divulgar, transmitir, por qualquer forma, a terceiros, nem podendo a mesma ser objeto de qualquer

uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta ou exclusivamente à execução do contrato a celebrar;

b) O Adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações de que os seus técnicos, trabalhadores, colaboradores ou subcontratados venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da DGPJ.

4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. Nos casos previstos na parte final do número anterior, o Adjudicatário obriga-se a informar previamente a DGPJ e a observar as recomendações desta que sejam compatíveis com a intimação ou com a obrigação legal que está na origem do dever de divulgação, devendo fazer acompanhar essa divulgação da indicação de que se trata de informação confidencial pertencente a terceiro, reveladora de segredo comercial ou industrial ou de segredo relativo a direitos de propriedade intelectual e afins.
6. O dever de sigilo permanece por tempo indeterminado, após a cessação do contrato, e independentemente do motivo da sua cessação.
7. O Adjudicatário não poderá fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade relacionada com o contrato a celebrar na sequência do presente procedimento, sem a prévia autorização da DGPJ.

Cláusula 15.ª

SEGUROS

1. O Adjudicatário e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução e até ao integral cumprimento do contrato a celebrar, as apólices de contratos de seguro obrigatórios exigidos pela legislação aplicável.
2. Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas constituem encargo único e exclusivo do Adjudicatário, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.

Cláusula 16.ª

PATENTES, LICENÇAS, MARCAS DE FABRICO OU DE COMÉRCIO

1. Todos os resultados produzidos ou desenvolvidos pelo Adjudicatário no âmbito do contrato a celebrar, incluindo os dados, materiais, documentos, manuais, estudos, conceitos, criações intelectuais, invenções, sinais distintivos, desenhos, modelos, *software*, bases de dados e segredos de negócio, consideram-se propriedade originária da DGPJ, ficando esta como única e exclusiva titular dos direitos sobre os mesmos.
2. Nos termos da aplicação conjugada dos artigos 451.º e 447.º do Código dos Contratos Públicos, correm integralmente por conta da Adjudicatário todos os encargos ou a responsabilidade civil decorrente da incorporação nas atividades que são objeto do Contrato, ou da utilização nessas atividades, de *hardware*, de *software*, ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
3. Pela aquisição originária dos resultados materiais e imateriais a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos definidos no Contrato, mesmo que a qualidade daquilo que vier a ser produzido exceda claramente o que era pretendido ou expectável ou que desses resultados vierem a fazer-se utilizações ou a retirar-se vantagens não previstas no contrato a celebrar.
4. O Adjudicatário obriga-se a implementar todas as medidas necessárias e convenientes, quer junto dos seus trabalhadores, quer junto dos seus contratados, com vista a assegurar que os direitos de propriedade intelectual supramencionados surjam na esfera jurídica da DGPJ.
5. Caso, em algum momento, em alguma jurisdição, a titularidade exclusiva da DGPJ sobre os ativos corpóreos e incorpóreos resultantes da execução do Contrato venha a ser considerada investida em parte ou no todo na esfera jurídica do Adjudicatário, este reconhece, para todos os devidos e legais efeitos que, pelo presente, transfere à DGPJ, total e definitivamente, a totalidade desses direitos sem qualquer contrapartida adicional para além daquela já prevista no Contrato, obrigando-se ainda a assinar todo e qualquer documento que seja necessário para comprovar ou formalizar essa mesma transferência.
6. O Adjudicatário tomará sobre si a responsabilidade pela infração de quaisquer direitos de propriedade intelectual e/ou industrial de terceiros relacionada ou derivada da execução do contrato a celebrar.

7. Se a DGPJ vier a ser demandada por infração, na execução do contrato a celebrar ou na posterior utilização dos resultados do mesmo, de qualquer direito de propriedade intelectual e/ou industrial, o Adjudicatário deverá indemnizá-la por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 17.^a

DADOS PESSOAIS

1. As Partes reconhecem que, no caso de a relação contratual estabelecida implicar um tratamento de dados pessoais (consulta, transmissão, partilha, ou qualquer outro tratamento), cada uma das Partes será responsável pelo cumprimento das obrigações legais previstas no Regulamento Geral de Proteção de Dados (“RGPD”) e legislação nacional em vigor sobre esta matéria (“Lei sobre Dados Pessoais”) na exata medida da sua intervenção e controlo sobre o respetivo tratamento, atuando ambas como responsáveis pelo tratamento ou como subcontratante nos termos do RGPD da lei.
2. As Partes deverão auxiliar-se mutuamente no cumprimento das respetivas obrigações decorrentes do presente Caderno de Encargos e da demais legislação aplicável à proteção de dados pessoais, devendo as Partes evitar, em qualquer circunstância, colocar a outra Parte em situação que resulte na violação de obrigações legais e/ou regulamentares.
3. Na execução do Contrato, as Partes obrigam-se a cumprir os deveres previstos no RGPD e demais legislação aplicável relativa à proteção de dados pessoais e comprometem-se a tratar os dados pessoais de forma lícita, com respeito pelo princípio da boa-fé e de forma transparente e informada.
4. Para os efeitos do disposto no número anterior, as Partes obrigam-se, nomeadamente, ao seguinte:
 - a) Tratar os dados pessoais nos termos legalmente permitidos, em especial recolhendo, registando, organizando, conservando, consultando ou transmitindo os mesmos, apenas e somente nos casos em que estejam legitimadas para tal, e no estrito cumprimento do princípio da limitação das finalidades;

- b)** Conservar os dados apenas durante o período necessário à prossecução das finalidades da recolha ou do tratamento posterior, garantindo a sua exatidão, integridade e confidencialidade;
 - c)** Conformer-se com o exercício, pelos titulares, dos respetivos direitos, nomeadamente de informação, acesso, retificação, oposição, limitação do tratamento, portabilidade e apagamento dos dados.
- 5.** Cada uma das Partes garante relativamente à sua contraparte o seguinte:
 - a)** Podem legitimamente tratar todos os dados pessoais objeto de atividades de tratamento no âmbito do Contrato e que, relativamente a esses mesmos dados pessoais, se encontram verificados todos os princípios relativos ao tratamento de dados pessoais fixados no RGPD;
 - b)** Os seus colaboradores e qualquer outra pessoa que afetem ao tratamento de dados pessoais no âmbito do Contrato, apenas acederão aos dados pessoais que forem necessários para o exercício das suas respetivas funções, não sendo permitido o acesso ilimitado ou por parte de um número indeterminado de pessoas, aos dados pessoais em causa;
 - c)** Os seus colaboradores e qualquer outra pessoa que afetem ao tratamento de dados pessoais no âmbito do Contrato, estarão vinculados a deveres de confidencialidade e conhecem as suas obrigações em matéria de proteção de dados pessoais, nomeadamente no que diz respeito à não cedência, divulgação ou concessão de acesso aos dados pessoais e à não utilização desses dados para quaisquer fins que não aqueles para os quais os dados sejam tratados no âmbito do Contrato e que decorram do exercício das suas funções;
 - d)** Dispõem das medidas técnicas e organizativas adequadas e devidamente implementadas para proteger os dados pessoais tratados, designadamente contra uma violação de dados pessoais na aceção do RGPD, as quais foram determinadas por referência à responsabilidade que para cada uma das Partes advém do artigo 24.º do RGPD, enquanto Responsável pelo Tratamento.
- 6.** O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

7. Para os devidos efeitos, o responsável o Encarregado de Proteção de Dados da DGPJ deve ser contactado através do email: epd@dgpj.mj.pt

CAPÍTULO III

INCUMPRIMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 18.^a

PENALIDADES

1. Se o Adjudicatário não realizar os serviços nos prazos parciais previstos na sua proposta, a DGPJ poderá aplicar-lhe, até à conclusão da aquisição dos serviços ou até à resolução do contrato a celebrar uma multa no valor de 8% (oito por cento) do preço contratual, por cada dia de atraso na entrega de entregável ao qual se encontre obrigado.
2. As penalidades referidas nos números anteriores devem ser pagas pelo Adjudicatário à DGPJ no prazo de 30 (trinta) dias, podendo a DGPJ deduzir as quantias respeitantes às penalidades em quaisquer montantes devidos por si ao Adjudicatário.
3. Se o valor acumulado das penalidades previstas na presente cláusula for igual ou superior 20% (vinte por cento) do preço contratual a DGPJ poderá resolver o Contrato.
4. Nos casos em que seja atingido o limite referido no número anterior e a DGPJ decida não proceder à resolução do Contrato por dela resultar grave dano para o interesse público em causa, o limite do valor agregado das sanções contratuais é elevado para 30% (trinta por cento).
5. As penalidades serão aplicadas mediante notificação ao Adjudicatário.
6. A aplicação de penalidades está sujeita a audiência prévia do Adjudicatário.
7. A audiência prévia referida no número anterior pode ser dispensada se a sanção a aplicar nos termos do n.º 1 do presente artigo se encontrar caucionada por garantia bancária à primeira solicitação ou por instrumento equivalente, desde que haja fundado receio de a execução da mesma se frustrar em virtude daquela audiência.
8. As penalidades aplicadas nos termos dos números anteriores podem ser pagas por dedução do respetivo valor nos pagamentos a efetuar, ou através da execução da caução prestada.

9. A aplicação de penalidades não tem a natureza de cláusula penal, não prejudicando o direito da DGPJ de ser ressarcida nos termos gerais de direito pelos prejuízos causados pelo incumprimento do Adjudicatário.

Cláusula 19.^a

RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELA DGPJ

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos, a DGPJ pode resolver o Contrato, a título sancionatório e mediante comunicação escrita, nos seguintes casos:
 - a) Se o valor global de penalidades previsto no presente Caderno de Encargos for aplicado pela DGPJ;
 - b) Se o Adjudicatário for declarado insolvente ou, tratando de sociedade, se tiver sido aprovada deliberação social no sentido da respetiva dissolução ou liquidação;
 - c) Se o Adjudicatário violar, de forma grave ou reiterada, quaisquer das obrigações assumidas ao abrigo do Contrato.
2. Nos casos previstos na alínea c) do número anterior da presente Cláusula, a DGPJ informará o Adjudicatário de um prazo razoável para cumprir as obrigações em falta, findo o qual poderá, sem aviso prévio, resolver o Contrato.
3. Para além da faculdade de resolução do Contrato nos termos previstos nos números anteriores, a DGPJ poderá reclamar uma indemnização pelos danos e perdas sofridas em virtude do incumprimento do contrato a celebrar pelo Adjudicatário.

Cláusula 20.^a

RESOLUÇÃO POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Sem prejuízo dos motivos de resolução previstos no presente Caderno de Encargos a DGPJ pode ainda resolver o Contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

Cláusula 21.^a

RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

O Adjudicatário tem direito a resolver o Contrato nos termos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV

CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

Cláusula 22.ª

CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

1. A responsabilidade de todos serviços incluídos no Contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do Adjudicatário e só dele, salvo no caso de cessão parcial de posição contratual devidamente autorizada.
2. O Adjudicatário não pode ceder ou transmitir, no todo ou em parte, a sua posição no Contrato, ou associar-se, seja de que forma for, a outra entidade para a execução dos serviços que lhe forem adjudicados, no todo ou em parte, os serviços objeto do Contrato, nem ceder quaisquer direitos ou obrigações dele emergentes
3. Para efeitos da obtenção da autorização pela DGPI, nos termos do número anterior, o Adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos de habilitação relativos ao cessionário, para efeitos de verificação de alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos. que tenham sido exigidos ao cedente na fase de formação do Contrato, bem como a enunciação, de forma clara, das razões que motivaram a cessão.

Cláusula 23.ª

SUBCONTRATAÇÃO

1. O Adjudicatário não pode subcontratar, no todo ou em parte, os serviços objeto do contrato a celebrar sem o consentimento prévio, por escrito, da Entidade Adjudicante.
2. Para efeitos da obtenção da autorização pela DGPI, nos termos do número anterior, o Adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos de habilitação relativos ao subcontratado, para efeitos de verificação de alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos. que tenham

sido exigidos ao subcontratação na fase de formação do Contrato, bem como a enunciação, de forma clara, das razões que motivaram a subcontratação.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 24.^a

GESTOR DO CONTRATO

1. Para o efeito do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, a DGPJ irá designar o Gestor do Contrato, cuja identificação constará do contrato, com a função de acompanhar a respetiva execução.
2. O Gestor do Contrato tem por função principal o acompanhamento da execução do contrato, cabendo-lhe designadamente:
 - a) Solicitar esclarecimentos quanto a qualquer aspeto da execução do contrato;
 - b) Propor medidas de recuperação de eventuais atrasos verificados;
 - c) Dar instruções ao Adjudicatário, no respeito pela sua autonomia técnica, acerca do modo de cumprimento das obrigações previstas no contrato;
 - d) Verificar se, e em que termos, são cumpridas as obrigações previstas no contrato;
 - e) Analisar e validar as faturas emitidas pelo Adjudicatário, com vista ao respetivo pagamento;
 - f) Propor, fundamentadamente, à DGPJ a adoção de medidas corretivas do cumprimento defeituoso do contrato;
 - g) Propor, fundamentadamente, à DGPJ a aplicação de quaisquer sanções que considere serem legal ou contratualmente devidas.
 - h) Caso sejam detetados desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, o Gestor do Contrato pode determinar ao Adjudicatário que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
1. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modelo de execução do contrato não exime o Adjudicatário de responsabilidades por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

Cláusula 25.^a

CONTAGEM DE PRAZOS

Salvo disposição em contrário, os prazos previstos no Contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 26.ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do Contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato a celebrar.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato a celebrar deve ser comunicada à outra Parte.
3. À data das notificações e comunicações é aplicável o artigo 469.º do CCP.

Cláusula 27.ª

LEI APLICÁVEL E FORO COMPETENTE

1. O contrato a celebrar reger-se-á pela Lei portuguesa em tudo o que nele não estiver expressamente regulado.
2. Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato a celebrar fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, Juízo de Contratos Públicos, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 28.ª

VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato a celebrar manter-se-á em vigor pelo prazo necessário a assegurar a aquisição de serviços que constitui objeto do Contrato, respeitando o plano de Campanhas a definir, devendo observar o limite máximo de 31 dezembro de 2025, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

Anexo I

Especificações técnicas dos serviços a prestar

A) Enquadramento

A DGPJ é o organismo do Ministério da Justiça responsável pela promoção e gestão dos meios Resolução Alternativa de Litígios (Meios RAL), que incluem os julgados de paz, os sistemas públicos de mediação e os centros de arbitragem.

Os meios de resolução alternativa de litígios são:

- meios de acesso ao direito e à justiça;
- uma alternativa aos tribunais judiciais;
- serviços à disposição dos cidadãos e das empresas;
- mais simples, mais rápidos e mais acessíveis.

Desde maio de 2023, estes meios contam com uma nova plataforma digital, a Plataforma RAL+. Através deste sistema integrado, disponível online em <https://meiosral.justica.gov.pt>, o cidadão e as empresas podem:

- pedir informações sobre os meios RAL
- iniciar e consultar o estado dos processos
- consultar a agenda de sessões
- descarregar e enviar documentos
- receber notificações nos canais por si escolhidos.

A plataforma disponibiliza os sistemas de mediação familiar e laboral e alguns julgados de paz¹. Esta Plataforma vai incluir todos os julgados de paz instalados no território nacional e os centros de arbitragem de conflitos de consumo apoiados pelo Ministério da Justiça.

É objetivo da DGPJ aumentar o número de utilizadores destes meios, sendo de referir que os últimos Barómetros da Qualidade dos Centros de Arbitragem, dos Julgados de Paz e dos

¹ Ver informação mais detalhada na alínea c) “Públicos-alvo”

Sistemas Públicos de Mediação demonstram um grau de satisfação elevado por parte dos utentes.

B) Objetivos

Pretende-se desenvolver uma estratégia e um plano de meios (offline e online) com abrangência nacional, que contribua para aumentar os níveis de utilização dos serviços disponibilizados pelos meios RAL, em particular através da Plataforma dos meios RAL (Plataforma RAL +).

A estratégia a desenvolver deverá ter como objetivo de comunicação **gerar conhecimento** acerca dos serviços e das suas vantagens, e **levar à utilização** dos mesmos.

C) Públicos-alvo

Os meios de resolução alternativa de litígios abrangem diferentes tipos de conflito podendo o cidadão ou empresa ser utilizador de um ou mais meios, em diferentes momentos da sua vida. Existem, contudo, algumas restrições geográficas de disponibilização dos serviços e características de utilizador em cada um dos meios que deverão ser consideradas no plano a desenvolver:

Julgados de Paz

Serviço disponível para os municípios que residam nos concelhos que integram a rede dos Julgados de Paz. Esta rede encontra-se em crescente expansão e abrange, atualmente, 76 concelhos, em Portugal continental e Região Autónoma da Madeira: Bombarral, Arruda dos Vinhos, Lourinhã, Alcobaça, Alenquer, Cadaval, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras, Miranda do Corvo, Vila Nova de Poiares, Santo Tirso, Sintra, Terras de Bouro, Trofa, Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Penela, Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende, Aguiar da Beira, Penalva do Castelo, Sátão, Trancoso, Vila Nova de Paiva, Aljustrel, Almodôvar, Castro Verde, Mértola, Ourique, Belmonte, Covilhã, Fundão, Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz, Cantanhede, Mira, Montemor-o-Velho, Carregal do Sal, Mangualde, Nelas, Cascais, Coimbra, Lisboa, Odivelas, Oleiros, Mação, Proença-a-Nova, Sertão, Vila de Rei, Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia, Mealhada,

25

Porto, Santa Maria da Feira, Santa Marta de Penaguião, Alijó, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Vila Real, Seixal, Setúbal, Palmela, Vila Nova de Gaia.

- Serviço disponível online, para os municípios dos concelhos dos Julgados de Paz do Oeste (Bombarral, Arruda dos Vinhos, Lourinhã, Alcobaça, Alenquer, Cadaval, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras), de Miranda do Corvo, de Vila Nova de Poiares, de Santo Tirso, de Sintra, de Terras de Bouro, de Trofa, do Agrupamentos dos concelhos de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Penela, do Agrupamento dos concelhos de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende, Agrupamento dos Concelhos de Aguiar da Beira, Penalva do Castelo, Sátão, Trancoso e Vila Nova de Paiva.
- Este serviço será progressivamente alargado a toda a rede de julgados de paz.
- Cidadãos maiores de 18 anos ou empresas com conflitos que envolvam valores até 15.000 euros.

Sistema de Mediação Familiar

- Serviço disponível em todo o território nacional;
- Cidadãos maiores de 16 anos;
- Serviço disponível online;
- Custos reduzidos.

Sistema de Mediação Laboral (previsto o alargamento às Regiões Autónomas em 2026)

- Serviço disponível em todo o território continental;
- Cidadãos com contrato individual de trabalho ou empresas;
- Serviço disponível online;
- Custos reduzidos.

Centros de Arbitragem de conflitos de consumo

- Serviço disponível em todo o território nacional;
- Cidadãos que sejam consumidores;

- Serviço online em desenvolvimento;
- Custos reduzidos.

D) Serviços a contratar

Elaboração de plano de meios para divulgação dos serviços digitais ao cidadão no âmbito dos meios de resolução alternativa de litígios a nível nacional, destinado aos públicos definidos no ponto anterior, com base na campanha de comunicação já existente. Este plano deve identificar os principais meios para comunicação offline (TV, imprensa regional, rádio, meios *out of home*, e *ações de divulgação*) e online (ações SEM – search engine marketing, SMM – social media marketing -, DA – Display Advertising - e native content), nos seguintes termos:

D1) Canais televisivos generalistas (RTP1, SIC e TVI) e canais cabo com maior aceitação nacional

- Negociação e aquisição de espaços publicitários, para quatro (4) spots de TV² com 20" cada - Julgados de Paz, Centros de Arbitragem de conflitos de consumo, Sistema de Mediação Familiar e Sistema de Mediação Laboral;
- A divulgação da Campanha deve ocorrer na fase indicada na 5.ª cláusula;
- O período mínimo de difusão da campanha em cada estação televisiva será 14 (catorze) dias seguidos;
- Ao longo de todo o período de difusão, a periodicidade das inserções deve ser diária para cada estação de televisão, tendo em conta que cada spot tem a duração de 20 (vinte) segundos;
- O formato final mantém-se inalterável para todas as estações de televisão onde o spot será difundido, bem como o número mínimo de inserções do spot, deverá permanecer invariável;
- Relativamente aos horários para difusão dos spots, apenas serão consideradas válidas e obrigatórias as inserções que ocorram no período compreendido entre as 07:00:00 e as 23:59:59.

² Um spot para cada um dos 4 meios de resolução alternativa de litígios que se pretende divulgar.

- A proposta deve incluir um mínimo de 50% de emissões entre as 20:00:00 horas e as 21:59:59 horas.
- Obrigatoriamente, o número de presenças (inserções) no âmbito do somatório de todas as televisões não poderá ser inferior a 168 (cento e sessenta e oito) inserções.
- Cada estação televisiva não poderá ter um número total de inserções dos spots inferior a 56 (cinquenta e seis), 4 (quatro) por cada dia de semana, de segunda-feira a domingo.

D2) Rádio

- Negociação e aquisição de espaços publicitários para quatro spots de rádio com 20'' cada;
- Deverão ser consideradas as rádios de maior audiência junto da população alvo: RFM, Rádio Comercial e Antena 3;
- A divulgação da Campanha através da rádio nacional deve ocorrer na fase indicada na 5.ª cláusula;
- O período mínimo de difusão da campanha em cada estação de rádio será de 14 (catorze) dias seguidos;
- Ao longo de todo o período de difusão, a periodicidade das inserções deve ser diária para cada estação de rádio, tendo em conta que cada spot tem a duração de 20 (vinte) segundos;
- O formato final mantém-se inalterável para todas as estações de rádio onde o spot será difundido, bem como o número mínimo de inserções do spot, deverá permanecer invariável;
- Relativamente aos horários para difusão dos spots, apenas serão consideradas válidas e obrigatórias as inserções que ocorram no período compreendido entre as 07:00:00 e as 23:59:59, e respeitando um intervalo mínimo entre cada spot de duas horas. O intervalo mínimo de duas horas entre cada spot não se aplica às inserções adicionais.
- A proposta deve incluir um mínimo de 50% de emissões entre as 07:00:00 horas e as 09:59:59 horas.
- Obrigatoriamente, o número de presenças (inserções) no âmbito do somatório de todas as rádios não poderá ser inferior a 168 (cento e sessenta e oito) inserções.

- Cada estação de rádio não poderá ter um número total de inserções do spot inferior a 56 (cinquenta e seis), 4 (quatro) por cada dia de semana, de segunda-feira a domingo.

D3) Imprensa regional e local

- Negociação e aquisição de espaços publicitários, para inserção de 1 anúncio, com a dimensão 1/2 página;
- 25% do orçamento total gasto em meios de comunicação social de âmbito nacional deve ser alocado à imprensa regional e local em todo o território nacional para publicar anúncios publicitários respeitantes à Campanha.
- A divulgação da Campanha através da imprensa regional e local deve ocorrer na fase indicada na 5.ª cláusula;
- Todos os órgãos de imprensa regional propostos devem ter sede em distritos distintos do território nacional.
- A seleção da imprensa regional deve respeitar o disposto no artigo 9.º da Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto.
- O formato a utilizar é a ½ página, com localização em Página Ímpar a Cores, antes das Páginas Centrais.
- Cada órgão de imprensa regional/local deverá efetuar apenas 2 (duas) inserções no total, distribuídas por 2 (duas) edições distintas e consecutivas.

D4) Out of home (mupis e transportes públicos)

- Negociação e aquisição de espaços publicitários;
- Rede nacional, com enfoque em todas as capitais de distrito e, em especial, nos grandes centros urbanos para os meios RAL com cobertura nacional;
- Para os meios RAL, como os julgados de paz, cuja rede se encontra em expansão, o investimento deve ser alocado às áreas geográficas onde o serviço estiver disponível nas diferentes fases da campanha;
- A divulgação da Campanha nos mupis com dimensão 2m² deve contemplar pelo menos 500 faces;

- A divulgação da campanha nos transportes públicos deve incluir, pelo menos, o Metro do Porto e Lisboa;
- A divulgação considera oito (8) imagens publicitárias (duas por cada meio):
- A divulgação da Campanha nos meios Out of Home deve ocorrer na fase indicada na 5.ª cláusula;
- Os custos de produção dos materiais devem estar incluídos no valor da proposta.

D5) Ações promocionais

- Identificação e operacionalização de 4 oportunidades para presença em programas de entretenimento de TV e rádio para divulgação dos meios de resolução alternativa de litígios;
- Identificação de quatro (4) ações de rua de distribuição de merchandising, para seleção de duas (2) avaliando:
 - Público a alcançar
 - Adequação da ação ou iniciativa à campanha dos Meios RAL
 - Proposta de peça de merchandising, em conformidade com as características infra.
- Negociação e aquisição do merchandising (saco de compras em polipropileno com impressão nas duas faces), com uma produção mínima de 20.000 exemplares. Caso não seja realizada a distribuição da totalidade das peças produzidas na última ação, deverá ser considerado o armazenamento do remanescente por um período de 6 meses.
- Impressão de 60.000 folhetos trípticos (15.000x4), formato A4 com duas dobras em couché de 150gr.
- Contratação de equipa para distribuição do merchandising

D6) Meios digitais

- Negociação e aquisição de publicidade em meios digitais considerando um mínimo de 3 (três) redes sociais e 2 (dois) portais nacionais para as 2 fases da campanha;

- Produção de conteúdos para *native content*, respetiva negociação e aquisição para a 1.ª, e 2.ª fase da campanha. O plano de native content deve considerar canais digitais com credibilidade e cuja temática se relacione diretamente com a resolução de litígios;
- O formato da publicidade-banner digital será MREC.
- O período de difusão da campanha promovida em cada meio digital de âmbito nacional será de 4 (quatro) semanas (2ª feira a domingo) em cada fase da campanha.
- O formato final mantém-se inalterável para todos os canais onde o banner digital animado será difundido, bem como o número mínimo de inserções do banner digital animado deverá permanecer constante.
- Análise de e entrega de relatórios de performance por cada fase, com sugestões de melhoria face aos resultados obtidos.
- Investimento em ações SEM (Search Engine Marketing), SMM (Social Media Marketing) e DA (Display Advertising), para os dois períodos da campanha.

Peças de comunicação

A DGPJ providenciará a entrega de todas as peças de comunicação necessárias à implementação do plano de meios proposto: spots tv 20'', spots de rádio 20'', anúncios, artes-finais para *out of home*, entre outras peças necessárias à implementação do plano de meios proposto.

Prazo de execução

Todos os serviços deverão estar integralmente prestados até 31 de dezembro de 2025, sendo que as atividades deverão ser realizadas de acordo com o cronograma apresentado na tabela da Cláusula 5.ª.

E) Condições de pagamento

As faturas a emitir pelo Adjudicatário deverão ser pagas de acordo com a cláusula do Caderno de Encargos. As faturas deverão ser enviadas após aceitação por parte da Entidade Adjudicante dos Entregáveis, nos termos da cláusula do Caderno de Encargos.

Anexo II

Perfil mínimo da equipa a alocar à prestação de serviços

O Adjudicatário garantirá a realização dos serviços objeto do contrato, designadamente através de uma equipa técnica, constituída, pelo menos, por 2 (dois) elementos.

A equipa técnica a afetar à prestação de serviços objeto do contrato a celebrar deve, obrigatoriamente, corresponder aos perfis em seguida indicados e deter, sob pena de exclusão, os requisitos mínimos de habilitações académicas, formação profissional e de experiência profissional indicados para cada um dos seguintes perfis:

Perfil – Client Service/Account Director

- Licenciatura em Marketing e Publicidade, Comunicação, Jornalismo ou similar;
- Mínimo de 10 (dez) anos de experiência em projetos de media offline/online/agências de meios;
- Experiência de participação em, pelo menos, cinco projetos de estratégia de comunicação de marca em meios offline/online.

Perfil – Account Executive

- Licenciatura em Marketing e Publicidade; Comunicação; Jornalismo ou similar;
- Mínimo de 4 (quatro) anos de experiência em agências de meios;
- Experiência de participação em, pelo menos, dois projetos de estratégia de comunicação de marca em meios offline/online.